Pombal e os jesuítas

Autor(es): Brazão, Eduardo

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43867>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_4-1_11

Accessed : 26-Apr-2023 12:11:56

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

O MARQUÊS DE POMBAL E O SEU TEMPO

Tomo I

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1982

POMBAL E OS JESUÍTAS

*Aos meus bisnetos Inês e Luís que,
pelo pai, são descendentes do 1.º Con-
de da Redinha, que foi 3.º Marquês de
Pombal por morte do irmão mais velho.*

Pode-se dizer que a intervenção do poder civil na eleição dos Papas foi de todos os tempos. Mesmo naqueles Estados em que começou a dominar o ateísmo nos tempos contemporâneos, mesmo nesses, o desejo e a necessidade que sentiam em intervir no que consideravam ainda ser o maior poder espiritual do Mundo, fê-los tantas vezes esquecer a sua fachada oficial, em presença da Igreja de Roma! O peso do Divino foi sempre enorme na vida da humanidade.

Assim surgiu a *exclusiva* nos Conclaves, isto é a intervenção de certos Estados católicos — Áustria, Espanha e França —, os de maior e mais antiga ligação à Igreja de Roma, por serviços e poder. É certo que a Igreja nunca considerou esse um *direito*, mas aceitava-se na prática a ingerência para evitar males maiores, em lutas enfraquecedoras dos dois poderes ⁽¹⁾.

A intervenção que, recentemente, mais deu que falar, foi a do Conclave que elegeu Pio X. A Áustria, por intermédio do seu Cardeal de Cracóvia, apresentou o veto à eleição de Rampola, antigo Cardeal Secretário de Estado de Leão XIII, que já ia à cabeça dos escolhidos, por o considerarem contrá-

* Investigador e Embaixador.

⁽¹⁾ Adolfo Giobi, *L'exercicio del veto d'esclusione nel conclave*, Monza, 1897; Eduardo Brazão, *Portugal e a Santa Sé*, Lisboa, 1976, cap. intitulado «O Conclave de 1903 e o veto da exclusão», p. 177 e segs., estudo publicado primeiramente na rev. «Lusitania Sacra», t. VI, Lisboa, 1962, e que inclui o trabalho até ali inédito de Luís Teixeira de Sampaio, «A exclusiva nos Conclaves», escrito em 1903.

rio à *Tríplice Aliança*, da qual faziam parte a Áustria, França e Itália⁽²⁾. Vinham depois, como sempre, os protestos do Sacro Colégio, mas a exclusão dera os seus efeitos já irreversíveis. E o humilde Cardeal Sarto, perturbado por uma escolha em que nunca pensara nem desejara, subiu ao sólio Pontifício com o nome de Pio X. A Igreja teria perdido talvez um hábil político, mas ganhava um grande Santo!

Portugal procurou sempre, mais ou menos, intervir, em igualdade com os outros grandes Estados católicos, sem nunca ter posto em prática essa suposta regalia, que afinal lhe era confirmada pelo próprio Cardeal Secretário de Estado de Pio IX, Antonelli, em conversa com o nosso Embaixador, Conde de Tomar. A declaração do purpurado fora relatada para Lisboa pelo diplomata português, mas tudo se passara entre duas pessoas — uma demais italiana! — numa sala dos Palácios Apostólicos! Há que duvidar da sua confirmação, caso o assunto se levantasse oficialmente! Talvez se alegasse confusão lamentável mas explicável do plenipotenciário, nessa altura de idade muito avançada!...⁽³⁾

Ora o Conclave que veio eleger Ganganelli era de especial importância para Pombal, pois a escolha do novo Pontífice era decisiva para o golpe final que o Ministro ambicionava dar na odiada Companhia de Jesus. Mas se ele era o mais vibrante e espectacular inimigo da Ordem Inaciana, não foi certamente dos políticos europeus do momento, o que maior peso tivera na decisão de Clemente XIV. Era contudo o que se punha em evidência, pois continuava sempre nos *bicos dos pés*, para que o vissem bem à distância! Pecámos tantas vezes por essas atitudes que não se enquadravam com a nossa pequenez... mas que eram os seus frutos! Terminado o grande momento que nos coube na História e que não soubemos aproveitar inteiramente, quisemos depois, artificialmente, mostrar aos outros a nossa perda, mas sempre ambicionada *importância*. *Provincianismo*, afinal!

Teixeira de Sampayo ocupa-se no seu trabalho «A exclusiva nos Conclaves» dessa nossa tentativa de intervenção em 1769, nestes termos: «No Conclave por morte de Clemente XIII

(2) Sobre a «Tríplice Aliança» vid. Maurice Baumont,, *L'essor industriel et l'Impérialisme Colonial*, vol. XVIII da obra «Peuples et civilisations» dirigida por L. Halphen e P. Sagnac, p. 40, e 523 sobre o Conclave de P. X. Paris, 1949; Benedetto Croce, *Histoire d'Italie contemporaine* (1871-1915), Bari, 1943.

(3) Eduardo Brazão, *Relações Diplomáticas de Portugal com a Santa Sé — A morte de Pio IX e a preparação dum novo Pontificado* (1878), Lisboa, 1971, p. 195.

aparece Portugal intervindo, ao lado e em apoio das Cortes de Madrid e de Versailles, numa eleição pontificia.

Estavam interrompidas, novamente, nesse momento, as relações entre Portugal e a Santa Sé (*). Fora disso causa, aparentemente, um incidente quase fútil com o Núncio; na realidade a suposta simpatia entre este e os jesuítas, que tinham sido expulsos de Portugal em 1759. O Conde de Oeiras continuava a luta, procurando levar as outras Cortes a solicitar a extinção completa da Companhia, o que elas, por fim acabaram por reclamar. A morte repentina de Clemente XIII vinha trazer novas esperanças aos jesuítas. Tratou o Conde de Oeiras de lhes mover guerra na eleição do Papa. Logo que chegou a Lisboa a notícia da morte do Pontífice (27 de Fevereiro de 1759), submeteu à aprovação do Rei um plano, único que se lhe afigurava poder vencer o partido inimigo. Consistia em tomarem as Cortes católicas uma vigorosíssima resolução, e de intimarem ao Conclave que os cânones não excluía da eleição estranhos do Colégio Cardinalício; que não a limitavam aos italianos; que o espírito do jesuitismo da grande maioria dos purpurados fazia necessária a escolha de um indivíduo de fora do Sacro Colégio. Terminava essa declaração por fazer saber ao Conclave que antes de se dar conta às Cortes da eleição do Pontífice, devia este obrigar-se a decretar a completa extinção da Companhia de Jesus, sem que não seria reconhecido por nenhuma das coroas interessadas! Como se vê é um plano da exclusão em que se trata, nem mais nem menos, do que excluir todo o Sacro Colégio.

Tal era o furor de Pombal à Companhia, mas acompanhado duma inexplicável ausência da medida das nossas possibilidades internacionais. O Ministro de D. José andava perturbado pelo poder que conseguira alcançar em Portugal. Isto apesar de ter contactado com o estrangeiro das grandes potências durante onze anos! Passada a nossa grande época, que não chegámos a agarrar, fomos sempre bem pouco!

Governava então a França de Luís XV, onde ainda se respirava o grande século do bisavô, a finura e o tacto dum grande político, o Duque de Choiseul (*). Era da Lorena, des-

(*) Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, t. IV, p. 375, Coimbra, 1926; *Id.*, *História da Igreja em Portugal*, t. IV, parte I (1750-1910), p. 280 e segs. Coimbra, 1917; J. F. Judice Biker, *Suplemento à Colecção dos Tratados...*, t. XI, parte I, p. 57 e segs., Lisboa, 1873; Eduardo Brazão, *Relance da História Diplomática de Portugal*, p. 158 e segs., Lisboa, 1940.

(*) Pierre Gaxotte, *Le Siècle de Louis XV*, p. 313, Paris, 1933.

cendente de gente ilustre. Seu pai, o Marquês de Stainville, fora Embaixador da Toscana em Paris. Como as grandes famílias europeias desse período, os filhos serviam vários Senhores: o mais velho, a Luís XV, primeiro no exército sob as ordens de Maurício de Nassau, na Flandres; o segundo, ao Imperador; o terceiro, a Deus, chegando a Arcebispo. As filhas, uma casara com o Duque de Gramont, a outra entrara para um Convento.

O Duque de Choiseul que, depois de servir no exército fora diplomata e simultaneamente *conquistador* bem latino do sexo feminino, mas mais espiritual do que um italiano, representara a França, como Embaixador, em Viena e em Roma, os dois postos mais prestigiados na Europa de então. Acabaria por suceder ao deslumbrante Cardeal de Bernis como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. O purpurado que, como representante da França em Roma (1768 a 1794) vivera com um fausto que ainda hoje é uma legenda, havia de escrever sobre o seu sucessor na pasta dos Estrangeiros: «M. de Choiseul a fait preuve de patience, de courage et d'adresse; son fléme l'a presque toujours emporté sur sa vivacité actuelle.... il est militaire, en même temps que politique;.... il peut donner des plans à la guerre ou rectifier ceux qui sont proposés; il est grand travailleur, actif, plein de ressources et d'expédients et bien moins sensible que moi aux événements» (*).

Era a época da elegância de maneiras que chega a não se entender neste mundo novo de *descamisados*! Naturalmente não deixaria de haver naquele meio requintado, a inveja e a torpeza dos medíocres, a procurar destruir os que tinham possibilidades e talento para alcançar o cume da montanha; mas tudo se passaria num ambiente de grandeza e de distinção, ou apenas de simples aparências, mas perfumadas, que não destoassem do *grande siècle français*.

Choiseul que herdara do seu antecessor Bernis a sua aversão à Companhia, é claro que achou despropositada a ideia do futuro Pombal, «não porque os cânones se opusessem a tal, mas porque seria preciso criar outra forma de eleição». Se tal se alcançasse ainda haveria o perigo que a facção contrária declarasse inválida a eleição. Cair-se-ia então no grave risco do aparecimento de anti-Papas, de que a Igreja de Roma fez larga colecção no seu passado! Chegou a haver 4 ao mesmo tempo (1159 a 1180), além do verdadeiro, Alexandre III.

(*) Gaxotte, ob. cit., p. 315.

Choiseul tinha seguido em França um caminho diferente daquele que Pombal trilhava com os seus afivelados sapatos de Soure!

Tivera lugar em França o caso escandaloso do jesuíta La Valette, que Choiseul aproveitou para o ataque frontal, que premeditava, contra a Companhia. Era hábil, enquanto que o nosso Ministro era sobretudo rústico!

La Valette fora para a Martinica. Ali dedicou-se ao comércio para que tinha vocação, naturalmente no intuito de criar possibilidades financeiras à obra que os seus irmãos na Ordem estavam a construir no Brasil e no Oriente. Não seria caso único, mas este fora desastroso! A residência que os jesuítas tinham em Saint-Pierre estava muito endividada. E o Padre La Valette, para afugentar os credores, começou por trabalhar na agricultura local, a vender açúcar e a comprar negros para o duro trabalho dos engenhos. Mas um ciclone, que levou em fúria, cinco barcos carregados da sua produção e uma epidemia entre os trabalhadores, completaram a ruína do empreendimento. De Marselha a Casa *Lionci et Goufre*, protestou as letras que tinha aceite e, por via dos Tribunais, pediu indemnizações ao Procurador Geral das Missões dos jesuítas, Padre de Sacy. A brecha estava aberta no corpo robusto e disciplinado daqueles servidores de Deus. Era o momento que os jansenistas e os galicanos esperavam para cair sobre a presa odiada! Parecia que se estava a repetir o triste fim dos Templários!

Enviado o caso ao Parlamento, onde aquelas seitas tinham penetrado e dominavam, ainda por cima com a má vontade do Ministro de Luís XV, estava lançada a campanha contra os jesuítas!

Choiseul, se não podia estar de acordo com os processos usados em Portugal pelo Ministro de D. José, convinha-lhe empurrá-lo, sem se comprometer, pois abria o caminho, como um potente *bull-dozer*. Era tarefa fácil para o espirituoso francês, pois a Pombal não seria indiferente sentir no seu ombro a mão do Duque!...

Estava em Paris, como nosso Embaixador, D. Vicente de Sousa Coutinho, pai do *bichinho de conta*, aquela que, negando-se a consumir o seu casamento a que fora obrigada com o 2.º filho de Pombal, veio afinal a ser Mãe do 1.º Duque de Palmela. Era esse diplomata que avisava o nosso representante em Roma, Almada e Mendonça: «Conveio comigo (o Duque de Choiseul) ser útil que Vossa Senhoria se achasse no Conclave para fazer causa comum com os mais Ministros, acrescentando que tudo o que V. S.^a solicitasse da parte da

nossa Corte seria apoiado pela França» (¹). O estrangeiro levou-nos sempre à certa, pela nossa parolice! Mas tudo se passou em conversa *a duo* num gabinete «... estando as coisas do Conclave mais adiantadas do que o Senhor Conde de Oeiras supunha», acrescentava, «porque o Papa estará eleito no mês de Maio e não sendo possível, ainda que isso se não oponha aos cânones, como V. Ex.^a adverte, que o candidato se escolha fora da púrpura, me pareceu necessário avisar a V. S.^a por este expresso, que à França e Espanha *convém* que V. S.^a se una com os seus Ministros para a sobredita eleição». Utilizavam assim os préstimos e empenho do representante diplomático de Portugal em Roma. Engrossaria a posição dos dois grandes países coligados naquela triste empresa!

Almada que tinha interrompido as suas funções no Vaticano, depois do corte de relações, motivado pela expulsão do Núncio Acciaiuoli, volta de novo à lide. No entanto o Embaixador francês na Santa Sé, Marquês d'Aubeterre, escrevia: «Par ce que je peux connaître de son personnel depuis qu'il (Almada) est ici, nous n'avons pas en lui un grand renfort». A época em que D. Luís da Cunha se impunha em Paris tinha passado. Vivia-se agora com a mediocridade dos actuais executantes, com uma única cabeça a regê-los!

É Rops que escreve: (²) «L'affaire [dos jesuítas] se déroula cependant en France de façon très différent de ce qu'elle avait été au Portugal; elle ne s'y accompagna pas de violences, mais prit un ton juridique et administratif où le Gouvernement, au contraire de celui de Lisbonne, ne mena pas le jeu». Tudo ali aparecia como uma vingança dos jansenistas, sobretudo dos Parlamentares daquela tendência religiosa. Teria a aprovação de Maquiavel!...

Já com a Espanha as coisas passavam-se duma forma diferente da que tomaram em França e em Portugal. Ali a campanha esbarrava com os escrúpulos religiosos do Soberrano, que lhe vinham, certamente, do seu sangue Farnese e do ambiente que respirara em Nápoles, quando fora Rei, com o nome de Carlos VII, naquela terra de presságios e amuletos! Escreve Saint-Priest: «Charles III (de Espanha) et le Duc de Choiseul tendaient au même résultat, mais par moyens que leurs caractères respectifs rendaient très différents». O filho de Filipe V e da Farnese, essa fealdade humana que Goya não

(¹) No trabalho de Sampayo cit.; em Brazão, ob. cit., *Portugal e a Santa Sé*, p. 212.

(²) Daniel-Rops, *L'Église des temps classiques — l'ère des grands craquements*, p. 279, Paris, 1958.

poupou (*) e que a *Mamma* empurrava, tinha graves hesitações em dar o seu aval à campanha a favor da supressão da Sociedade de Jesus: «Sa conscience lui représente l'expulsion des jésuites d'Espagne comme une mesure de simple police, et l'abolition complète de la Compagnie comme holocauste à la philosophie voltairienne» (10). Mas Choiseul, afinal aquele dos inimigos da Ordem o mais actuante e perigoso, porque trabalhava numa meia sombra e de *talons rouges*, sorridente, não largava a presa. Na sua argumentação privada deixava cair, no momento próprio e com o interlocutor preciso, que da existência duma organização tão poderosa e rica, além de organizada como um forte exército, corria sérios riscos a vida dos Bourbons espalhados pelas Cortes da Europa! Lembavam as palavras e, sobretudo, as intenções, dum Rei de França, Filipe, o *Belo*, quando procurava convencer um Papa, também francês, Clemente V, dos *perigos* que o Mundo corria com a existência dos Templários! E os povos sempre acreditaram nas palavras dos Reis e dos Papas!...

Mas depois veio a intriga, a mais daninha arma de combate, por levar consigo a peçonha que se vai infiltrando e correndo a mais resistente das armaduras! Primeiro, a proibição dos *chambergos* e das capas tradicionais do castelhano, para os obrigar a vestir à *francesa*, com a previsível revolta do povo — *dos ventres ao Sol* — que se revoltava contra os jesuítas, presumíveis inspiradores dessa disposição oficial! Depois, a falsificação dum documento atribuído ao Geral dos jesuítas, onde se insinuava que Carlos III seria o fruto dos amores ilícitos da Farnese e do Cardeal Alberoni, também de origem italiana, como a Rainha, e Ministro de Filipe V! Assim se foi levando o *Rei Católico* até à batalha definitiva contra a odiada Companhia!

Nápoles e Parma seguiam o exemplo da Espanha. Mas Clemente XIII, não ousando intervir na primeira, procurou atingir a segunda, antigo feudo Papal, destituindo o Duque Soberano por um simples Breve. Foi a altura, por inabilidade da Santa Sé, cuja diplomacia foi quase sempre um grande mito, de Carlos III se unir a Luís XV, num esforço comum contra os Inacianos! Estava em causa o mundo dos Bourbons!... Pesara também na decisão final do Monarca espa-

(*) Vid. dos retratos de Carlos III de Goya (o da colecção do Duque Fernán-Nunês) em Antonio Ballesteros y Beretta, *Historia de España y su influencia en la Historia Universal*, t. V, pp. 416-417, Barcelona, 1929.

(10) Alexis de Saint-Priest, *Histoire de la chute des jésuites*, p. 50, Capolago (Suíça), 1845.

nhol o facto de ter como Ministro, Pedro Paulo Abarca de Bolea, 14.º Conde de Aranda, *Grão-Mestre* da Maçonaria do seu país! E o Papa via de perto a ameaça dos franceses sobre Avignon e a dos napolitanos sobre Benevento. Tudo se tratara em Roma entre o Embaixador de Luís XV, d'Aubeterre, o Arcebispo de Valença, Azpurù, Encarregado de Negócios de Espanha e o Cardeal Orsini, Ministro de Nápoles ⁽¹¹⁾.

O Papa Rezzonico, que começara, na entrevista com d'Aubeterre, por reagir, mantendo uma completa intransigência sobre a posição tomada no que dizia respeito a Parma, acabou por capitular, dizendo, entre lágrimas: «Le vicaire de Jésus-Christ est traité comme le dernier des hommes; il est facile de lui prendre tout, mais il est hors des pouvoirs des hommes de le faire agir contre sa conscience». E Avignon foi ocupada pelos franceses, assim como Benevento e Ponte-Corvo pelos Bourbons de Nápoles. Clemente XIII nada mais podia fazer do que, talvez, pedir a Deus que lhe abreviasse o seu Reinado! A Igreja de Roma abria profundas fendas no seu exterior. Saint-Priest comenta: «Clément XIII était un Pape du XII^e siècle égaré dans le XVIII^e». E acrescenta: «Il fut toujours médiocre, jamais méprisable». Assim se chegou a um novo Conclave para eleger o sucessor de Rezzonico.

*
* *
*

Tirando talvez a Espanha, onde nasceu pela mão dum basco, em nenhum outro país, como em Portugal, a Companhia de Jesus teve um maior incremento, foi mais estimada, possuía mais prestígio!

Visionada por Inácio de Loiola que nascera na província de Guipúscoa (1491) e aluno do Colégio de Santa Bárbara, em Paris, de que era Director o nosso Diogo de Gouveia, conseguiu que uma nova Ordem fosse aprovada por Paulo III em 1540 ⁽¹²⁾. Era ela constituída inicialmente por Inácio e mais seis companheiros de estudo universitário, entre os quais a grande figura que seria Francisco Xavier, pioneiro da obra cristã de Portugal no Oriente, por trabalhar no nosso Padroado, que incluía a Índia, China e Japão. Também por um português, Simão Rodrigues: — uma forte milícia que se punha

⁽¹¹⁾ Saint-Priest, *ob. cit.*, p. 53.

⁽¹²⁾ Francisco Rodrigues S. J., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, t. I (1540-1560), p. 30, Porto, 1931; Serafim Leite S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. I (séc. XVI), p. 4, Lisboa, 1938.

ao serviço do Papado, tão batido pela heresia e divergências internas — «une troupe d'élite toute dévouée» às ordens do Santo Padre ⁽¹³⁾.

Tal foi a sua acção pelo mundo que chegou ao Pontificado de Bento XIV (1740-1758), com 23.000 membros, 800 residências, 700 colégios, 300 missões! Nos nossos tempos (1965) atingiria o número de 36.038 membros, que, certamente, é hoje muito inferior, pela crise que assolou a Igreja de Roma logo após o Concílio Vaticano II e que se fez sentir em todas as Ordens e Congregações, que supunham poder modernizar — no mau sentido — os seus estatutos iniciais! Foi a debandada de grande parte dos religiosos e dos padres seculares, todos mais ou menos camuflados em *clochards*!

Ora aquele aumento explosivo e extensivo foi de tal grandeza que não podia deixar de lhe criar terríveis inimigos! Lembramo-nos sempre dos Templários, mas talvez ainda neste caso dos jesuítas era mais profundo o ódio que os rodeou! É um filho de Loiola que o diz nos nossos dias: «Nas Cortes eram confessores dos Reis; nos Colégios, mestres; em todos os continentes, missionários; e por toda a parte promotores esclarecidos da vida espiritual» ⁽¹⁴⁾. Mesmo entre as várias Ordens e Congregações religiosas surgiram violentos e irreprimíveis ciúmes daquele enorme incremento e triunfo, que trazia agarrado a si, o poder e o prestígio! Os frades não deixam de ser homens e as freiras, mulheres! Foi assim que se levantou na China a «questão dos ritos» ⁽¹⁵⁾, entre Dominicanos e Jesuítas. Essas abertas e espectaculares divergências vieram destruir, em grande parte, a extraordinária acção e resultados dos Inacianos do Padroado português no velho *Império do Meio*. Só no nosso tempo — bem tarde! — Roma acabou por concordar com a tese jesuítica! E o desgaste foi minando os alicerces da própria Igreja.

Portugal, que tinha nos filhos de Santo Inácio os seus melhores e únicos obreiros do Padroado Real por essas paragens do Extremo Oriente, viu-se envolvido nesse conflito no tempo do *Magnânimo*. Daí a Embaixada de Sousa e Menezes

⁽¹³⁾ Rops, ob. cit., p. 275.

⁽¹⁴⁾ Serafim Leite, ob. cit., t. VII, p. 335.

⁽¹⁵⁾ C. R. Boxer, *The Portuguese Padroado in East Asia and the Problem of the Chinese Rites (1576-1773)*, publ. no «Boletim do Instituto Português de Hong Kong», vol. I, Macau, 1948, de que se fez separata; António da Silva Rêgo, *O Padroado Português do Oriente*, Lisboa, 1940; Domingos Fernandez Navarrete, O.P., *Tratados Históricos, Políticos e Religiosos*, Madrid, 1676; Id., *Controvérsias Antigas e Modernas*, Madrid, 1679.

a Pequim, mas de fracos resultados ⁽¹⁶⁾. A luta entre missionários de duas Ordens tinha deixado marcas profundas, atarrasando-se uma obra notável que tinha o seu centro no velho Colégio de S. Paulo, em Macau, e daí irradiara para todo o velhíssimo Império. Empregámos nessa obra inacionos de vária origem, desde o navarro Francisco Xavier, até ao italiano de Macerata, Mateus Ricci ⁽¹⁷⁾. Era uma grande colmeia, com abelhas de cores diferentes, mas de alma comum, trabalhando todas num único sentido. Se essa divisão se dava com os Dominicanos, duma Ordem da mesma nacionalidade originária, ao mesmo tempo que se espalhava a ciumeira entre outras Ordens e Congregações, o que não seria no mundo laico, empurrado pelos jansenistas, galicanos e mações, os maiores inimigos da obra de Loiola?

Uma Ordem com tão numerosos membros, ainda que sujeitos a uma forte e rígida disciplina de natureza militar, como Loiola aprendera no mister das armas, não podia deixar de ter um ou outro elemento, fora da manada compacta, que marchava como uma peça única. Era humano! Nesses desgarrados era em quem se reparava, sobretudo por destoarem do todo, servindo de alvo e de brecha naquela muralha fortíssima, que parecia impenetrável! Foi o que sucedera com La Valette e outros!

Não só no Extremo Oriente, como mais recentemente na colonização do Brasil, foi sempre o jesuíta o nosso principal missionário. O caso curioso é que sendo esta Ordem de origem espanhola, éramos nós que a utilizávamos de preferência, enquanto a nossa vizinha peninsular se servia dos Dominicanos, também é certo ali nascida, e dos Franciscanos sobretudo, na sua larguíssima extensão americana, que Carlos V lhes tinha legado. Quando D. João III se decidiu colonizar o Brasil pensou logo nos recentes filhos de Loiola. Assim o Padre Manuel da Nóbrega e mais cinco companheiros iriam dar começo, nas terras de Vera Cruz, à obra missionária ⁽¹⁸⁾. Isto no tempo em que Tomé de Sousa era Governador Geral, partindo com eles, naquela conjugação admirável do missionário e do desbravador das terras desconhecidas. A armada que os transportava zarpara de Lisboa no 1.º de Fevereiro de 1549, che-

⁽¹⁶⁾ Eduardo Brazão, *Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China (1516-1753)*, p. 111 e segs., Lisboa, 1959.

⁽¹⁷⁾ Louis Pfister S.J., *Notices biographiques et bibliographiques sur les jésuites de l'ancienne Mission de Chine*, 2 vols., Chang-hai, 1932.

⁽¹⁸⁾ Serafim Leite, ob. cit., t. I, p. 17.

gando à Baía oito semanas depois. Ia começar a grande obra missionária dos jesuítas no Brasil!

O trabalho avolumou-se, estendeu-se, cobrindo aquela vastíssima região que nos pertencia — quase um continente! — desde o Prata ao Amazonas! Muitas vezes esta acção embatia com a sofreguidão dos *bandeirantes* que, por seu lado, iam penetrando heroicamente naquele mundo hostil e inexplorado, mas tendo um comportamento com as raças selvagens que por ali se foram encontrando, que divergia profundamente dos meios usados pelos jesuítas e seus objectivos finais! Os missionários queriam, sobretudo, formar cristãos e dar vida a novos portugueses; os outros, apenas ou sobretudo, o encontro de mão-de-obra gratuita para a exploração da terra, que afinal, teve de ser reforçada com os negros da nossa África, mais resistentes para o trabalho duro dos engenhos e do desbravamento das matas tropicais. Assim, dessa miscigenação de raças foi-se formando o *brasileiro* e o grande Brasil que talvez parecesse, naquela mistura do introvertido ameríndio, do extrovertido negro e do melancólico português, demais, geralmente, nos inícios, sem mulher branca a formar o casal, uma gigantesca caricatura do minúsculo Portugal. «Quando, como escreve Gilberto Freyre⁽¹⁹⁾, em 1532 se organizou económica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contacto dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África a sua aptidão para a vida tropical». Mas foi o missionário católico, neste caso o jesuíta, que completou e deu significado àquele grande esforço dos nossos.

É claro que o antropologista-sociólogo brasileiro vê o problema dessa intervenção dos inacianos, pelo ângulo estreito da sua especialização, que era bem limitado em relação ao dos portugueses de então, achando que esses notáveis missionários tinham alterado todo o ritmo da vida social do índio. Tudo quanto vinha modificar os usos e costumes dos aborígenes era para Freyre considerado altamente nocivo. Não deixa, contudo, de afirmar: «Debaixo do ponto de vista da Igreja é forçoso reconhecer terem os Padres agido com heroísmo; com admirável firmeza na sua ortodoxia; com lealdade aos seus ideais; toda a crítica que se faça à interferência deles na vida e na cultura indígena da América — que foram os primeiros a degradarem subtil e sistematicamente — precisa de

(19) Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, p. 17.

tomar em consideração aquele seu superior motivo de actividade religiosa e moral» (20).

Considera o antropólogo brasileiro, seguindo na esteira de Pitt-Rivers (21), que muitas das influências deletérias que os Padres introduziram na sua catequese do Brasil, uma delas fora «a concentração dos aborígenes em grandes aldeias». Aqueles povos estavam acostumados à vida nómada e sempre sofriam quando forçados à concentração e à sedentariedade absoluta.

É nestes aglomerados que os vamos encontrar no momento em que se assina o Tratado de limites de 1750 com a Espanha, ali também nossa vizinha. Talvez fosse utópica, como tantas ideias surgidas no século XVIII, a esperança numa sociedade da qual poderia surgir o *homem novo* da América. Montesquieu escrevia no *Espírito das Leis*: «é uma glória para a Companhia de Jesus ter mostrado como é possível a união da Religião com a Humanidade».

Não houve só detractores daquela experiência jesuítica, ainda que recentemente um brasileiro, José Honório Rodrigues (22), tenha escrito algumas páginas deselegantes, injustas e de má-fé contra esse começo da colonização portuguesa no seu país.

Mas também é um outro brasileiro, bem diferente do anterior, diplomata muito distinto do nosso tempo (23), que

(20) Gilberto Freyre, *ob. cit.*, p. 16.

(21) G. H. Lane-Fox Pitt-Rivers, *The clash of culture and contact of Races*, Londres, 1927.

(22) José Honório Rodrigues, *História das Histórias do Brasil*, S. Paulo, (Brasil), 1979. Vid., por ex. o cap. que o autor dedica aos *jesuítas*, p. 249 e segs. Citamos apenas algumas passagens: «Uma desafeição geral contra a terra dominava a gente portuguesa; um ódio incontido contra o gentio levava-o a praticar as maiores iniquidades e promover a divisão e «se algum índio prejudica em uma palha de sua fazenda querem logo que seja crucificado»; exploravam-no na escravidão e na mercancia; cometiam as maiores represálias, tal como na conquista da Índia, com aquela mesma demasiada agressividade...» (p. 250). «Era assim na base do terrorismo que se impunha a paz cristã, que se sujeitava todo o gentio à lei dos colonos. Tirar o medo aos cristãos, senhorear o gentio pela guerra, amedrontá-lo com grandes ameaças, este foi o caminho da sujeição oficial e colonial». Não deixa este *amigo e admirador* da obra portuguesa no Brasil de ter sido eleito Académico correspondente da Academia Portuguesa da História! Chegámos a uma altura de entregar tudo... sem contra-partida!!

(23) Teixeira Soares, *O Marquês de Pombal — a lição do passado e a lição do presente*, Rio de Janeiro, 1961, p. 162.

escreve: «Através dessa obra positivamente gigantesca, os jesuítas só encontrarão dificuldades e só levantarão suspeitas; porque, inovando corajosamente, arrancaram de uma concepção original de *desenvolvimento económico* dos indígenas, baseado numa incontrastável *justiça social*, que não seria de molde a agradar aos colonos e às autoridades realengas». Tudo se inventou para denegrir os Padres pelo sistema seguido com grande coragem nos *sete-povos* ou *reduções*. E em tudo se acreditou: no «descarado engano» dos canhões do Rio Madeira, nas «falsificações» da paz dos Amanajós, na «república» ou «Império teocrático» do Paraguai, no «Imperador Nicolau I» com as suas falsas moedas europeias e outras invenções arrançadas e piamente acreditadas, só por ciúme daquela obra imensa, que se poderia ter erros, era realizada com os olhos postos em Deus⁽²⁴⁾. Não corria por toda a Lisboa nos princípios da 1.ª República (1910) — e tantos o acreditaram cegamente! — que os jesuítas andavam a arrebatar crianças para fazer com elas óleo humano? Lembramos ainda de o ouvir na nossa meninice!...

Foi a 13 de Janeiro de 1750 que os Plenipotenciários de Lisboa e de Madrid assinaram nesta cidade o acordo dos limites brasileiros⁽²⁵⁾. Por ele ficava estabelecido (art. XII) que Portugal cederia «para sempre à Coroa de Espanha a Colónia do Sacramento, e todo o território adjacente a ela, na margem setentrional do Rio da Prata», como também a navegação do mesmo rio, a qual pertencerá inteiramente à Coroa de Espanha» (art. XIII).

Por seu lado o Rei Católico cedia-nos «tudo o que por parte da Espanha se acha ocupado, ou por qualquer título ou direito possa pertencer-lhe em qualquer parte das terras que pelos presentes artigos se declara pertencentes a Portugal, desde o Monte de Castilhos grande e sua falda meridional, e costa do Mar, até à Cabeceira e origem principal do rio

⁽²⁴⁾ Serafim Leite, ob. cit., t. VII, p. 142; Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina*, S. Paulo (Brasil), p. 146 e segs.

⁽²⁵⁾ Borges de Castro, *Colecção de Tratados...* t. III, p. 8 e segs.; Eduardo Brazão, *O tratado de limites de 1750 e as suas consequências*, nos «Anais», 2.ª série da «Academia Portuguesa da História», vol. 2.º, p. 11 e segs. Fez-se separata, Lisboa, 1949; este trabalho foi também editado em Braga (Livraria Cruz), com o título *Os jesuítas e a delimitação do Brasil*, 1939, obra então dedicada a Pedro Calmon.

Ibicui; e também cede todas e quaisquer Povoações, e estabelecimentos, que se tenham feito, por parte da Espanha, no ângulo de terras, compreendido entre a margem septentrional do rio Ibicui e a Oriental do Paraguai, e os que possam ter-se fundado na margem oriental do rio Pepiri, e a Aldeia de Santa Rosa....»

O artigo XVI acrescentava: «Das Povoações ou Aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai, sairão os Missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvora e munições que tiverem; em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal com todas suas casas, Igrejas e edifícios, e a propriedade e posse do terreno. As que se cedem por Sua Majestade Fidelíssima e Católica nas margens dos rios Pequiri, e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias».

O problema da Colónia do Sacramento vinha de longe e havia causado sérios problemas, a juntar a outros entre Portugal e a Espanha.

Nós tínhamos fundado a Colónia em 1680 ⁽²⁶⁾. Os arranjos definitivos ou que o pareciam, começaram em 1750, mas afinal só terminariam com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Levava tempo e fadigas, além das apreciações que se tiveram de suportar dum lado e do outro, por vezes pouco correctas.

A divisão de Alexandre Borgia de 4 de Maio de 1493 estabelecia a primeira demarcação mundial do mundo ainda desconhecido, pelo menos em parte, entre espanhóis e portugueses ⁽²⁷⁾. O Papa valenciano fixava o limite da esfera de influência do seu país de origem. E o resto para quem tivesse garras para se fixar! Só os portugueses estavam então preparados para tal empresa! Quem sabe se já conhecedor da existência dum novo continente, o nosso D. João II conseguiu diminuir o espaço espanhol, cobrindo assim, para nós, uma parte do

⁽²⁶⁾ Eduardo Brazão, *A Diplomacia Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, 2.º vol., p. 152 e segs., Lisboa, 1980; Barão do Rio Branco, *Obras I, Questões de limites — República Argentina*, Rio de Janeiro, 1945, p. 18 e segs.

⁽²⁷⁾ Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, 1.º vol., Lisboa, 1958. Sobre o Tratado de Tordesilhas, p. 149 e segs.; Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed., Coimbra, 1960: Tordesilhas, p. 321 e segs.; D. Charles M. de Witte, *Les Bulles Pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle*, Louvain, 1958.

que depois constituiria o Brasil. O Tratado de Tordesilhas de 1494, obra-prima, nunca ultrapassada, da nossa diplomacia, teve como negociador, da parte portuguesa, Duarte Pacheco Pereira, grande navegador do Atlântico e depois do Oriente — não esqueçamos este nome, como o do Monarca que conquistou, nas cartas, o nosso alargamento, D. João II, c HOMEM, como lhe chamava Isabel a Católica. Os nossos foram-se alargando abusivamente depois sobre a terra brasileira, o mesmo fazendo os Espanhóis no Oriente. Dois excessos que, afinal, se compensariam e que deram aos portugueses, no Ocidente, a possibilidade de se escrever a obra portentosa dos jesuítas no Brasil.

Para pôr fim às nunca terminadas questiúnculas peninsulares sobre tais excessos, aliás mútuos, foi o próprio Floridablanca, Ministro de Filipe V, que acabaria por reconhecer a sem-razão dos que pretendiam, em setecentos, restabelecer a linha de Tordesilhas.

Foi em 1680 que o Governador do Rio de Janeiro, cumprindo instruções de Lisboa, ocupou a margem esquerda do Rio da Prata, fundando a Colónia do Sacramento, mesmo em frente de Buenos Aires. Depois, andou ela das nossas mãos para a dos espanhóis e vice-versa, num rodopio que ia prejudicando gravemente a estabilização, de que se necessitava, da linha divisória do Brasil. No entanto esses limites do sul da colónia até ao Prata já tinham sido referidos pela Bula *Romani Pontificis*, de Inocêncio XI, de 22 de Novembro de 1676. Criava-se então a primeira Província Eclesiástica brasileira, com sede na Baía, incluindo como sufragâneos os Bispados de Olinda e Rio de Janeiro. E ao referir-se aos limites desta última Diocese, afirmava-se que ela iria «.... até ao Rio da Prata pela costa marítima e do sertão».

Em Utrecht, pelo Tratado de 6 de Fevereiro de 1713 (28), era-nos entregue a disputada colónia, mas duma forma imprecisa e ambígua. Em 1750 entregamo-la à Espanha em troca das *reduções*, onde se encontravam os índios missionados pelos jesuítas, numa experiência bem curiosa, mas que então não se quis ou não conveio entender! É sempre arriscado ser-se inovador! Sobretudo num país agarrado à rotina de fórmulas assimiladas e mal digeridas!

Era doloroso para os nativos e para os Padres a decisão do acordo de Madrid. Quando se tratou da efectivação daque-

(28) Eduardo Brazão, *Portugal no Congresso de Utrecht*, Lisboa, 1930; *Id.*, *A Diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, vol. 2.º, p. 43 e segs.

las trocas desumanas, então a revolta de uns e as perplexidades dos missionários, avolumou-se, explodiu. Não bastavam as ordens de Lisboa, as instruções do Geral Ricci — a situação era perigosa e escaldante! Escreve um diplomata brasileiro ⁽²⁹⁾: «Esmagar a Companhia de Jesus, que tantos aborrecimentos lhe dera na selva paraguaia, torna-se obsessão para o primeiro Ministro. A Ordem será o pior inimigo do Reino. Abatê-la, pois, constituiria sua razão principal do Estado». Claro está que não seriam apenas as dificuldades encontradas para dar execução às trocas e baldrocas do Tratado de Madrid, à custa de seres humanos, o móbil principal da actuação futura de Pombal contra os jesuítas. O jansenismo que se ia infiltrando por toda a parte, atacando pelos mais diversos meios a Companhia, na ânsia de a suplantar, deve ter tido um bom quinhão naquele espírito que se criara no ânimo do Ministro de D. José. Não nos esqueçamos da vinda a Portugal do tristemente célebre capuchinho, Padre Norberto que tanto deu que fazer a D. João V e a Bento XIV e que editou em Lisboa «uma das suas obras, em sete volumes, contra a acção missionária dos jesuítas portugueses no Oriente». Era o Núncio Acciaiuoli que, já expulso de Portugal, em carta de Badajoz de 1760, informava Roma da nefasta entrada do irrequieto agitador capuchinho. Mas terá completamente razão o erudito investigador, Mons. Antunes Borges ⁽³⁰⁾, quando afirma, julgo que apoiado em Theiner ⁽³¹⁾, que o intuito de Pombal seria o de

⁽²⁹⁾ Teixeira Soares, ob. cit., p. 172.

⁽³⁰⁾ Mons. A. Antunes Borges foi, por duas vezes, Reitor do Instituto Português de Santo António em Roma, e nessa qualidade Conselheiro Eclesiástico Adjunto na nossa Embaixada no Vaticano. Da primeira, tinha aproveitado o momento para se dedicar também a investigar no Arquivo Secreto do Vaticano alguns períodos da nossa História Eclesiástica, escolhendo o problema da «Apresentação dos Bispos» portugueses, que teve lugar logo após a Restauração de 1640 e se prolongaria por outros reinados que sucederam a D. João V. Publicou esses notáveis trabalhos na rev. «Lusitania Sacra». Da segunda vez que esteve em Roma nas mesmas funções, fomos nós que o chamámos para lá, quando exercíamos as funções de Embaixador de Portugal junto da Santa Sé (1968-1974). Mons. Borges foi completando as suas investigações anteriores no Arquivo Secreto do Vaticano e estava a preparar, quando foi acometido por grave doença que o inutilizou, uma obra notável de que nos deu ainda uma amostra. Assim foram aparecendo, na revista «Resistência» (I) n.º 157/160, de Setembro/Outubro de 1977; (II) n.º 185 de Novembro de 1978; (III) n.º 215/216 de Junho de 1981, um exaustivo estudo a que deu o título *El-Rei D. José I e o Marquês de Pombal vistos de Roma à luz de dois séculos*. Ainda publicou, na mesma rev. (n.º 207/208/209, de Novembro de 1980) um outro trabalho sobre o mesmo período *D. Maria I e a demissão do Marquês de Pombal*.

⁽³¹⁾ Agostinho Theiner, *Histoire du Pontificat de Clément XIV*. A cit. que fazemos de Mons. Borges vem a p. 29 do (I).

atingir directamente a Igreja e colocá-la, em Portugal, debaixo dos pés da Igreja cismática de Utrecht? Para atingir este fim ter-se-ia dirigido aos jansenistas de França, pedindo-lhes que mandassem um manual das suas doutrinas para as introduzir no ensino teológico e remover a doutrina católica das escolas, dos seminários e das Universidades. Não o cremos. Parecem-nos lucubrações engenhosas em demasia para aquele ambicioso burguês da província. *Fazer vista* sim, pensando que arrastaria atrás de si o grande mundo europeu que o deslumbrara em Londres e em Viena, onde também a Companhia não podia ser estimada, pelos mesmos motivos que em Portugal, sobretudo na católica Áustria.

Pombal muito ficara a dever, na sua rápida, mas tardia subida ao poder, ele que era tão mal visto na Corte de D. João V e pelo próprio Monarca, ao jesuíta italiano Carbone, *Eminência parda* do Magnânimo. Já tinha dado a mão a outro ambicioso de marca que conseguiu representar-nos em Roma, Manuel Pereira de Sampaio, em prejuízo do anterior Embaixador, Fr. José Maria da Fonseca de Évora, ainda que o novo diplomata, cheio de ardor por alcançar do Vaticano as fantasias, aliás explicáveis, do Magnânimo, não tivesse convencido o Papa então reinante, o erudito e distinto Bento XIV. Assim este o revela na sua correspondência dirigida a um íntimo amigo, o Cardeal de Tencin⁽³²⁾. Chegou mesmo a confundir os defeitos do novo representante de Portugal com as características da nossa gente! Aí não fora perspicaz e elegante o insigne Lambertini!

Mas o ouro de D. João V luzia no Vaticano que já não tomava as atitudes dum Urbano VIII e seus imediatos sucessores, em face dum país restaurado, mas envolvido numa guerra duvidosa. Tinham-se então abandonado os cristãos, que eram todos os portugueses, deixando-os sem Bispos e no meio duma ameaça, essa realmente verdadeira, da parte do prelado Sebastião César de Menezes, de separar de Roma a Igreja portuguesa.

O tratado de 1750, sejam quais forem os defeitos que lhe possam ser atribuídos, trazia vantagens para Portugal e para o nascente Brasil — largávamos de mão a Colónia do Sacramento que só servia para perturbar ainda mais as relações de Portugal com a Espanha, transformando-se numa *Gibraltar platina*; e recebíamos, em troca, territórios que continuavam o nosso domínio americano. Mas tais benefícios foram quase

(32) Vid. Émile de Heeckeren, *Correspondance de Benoit XIV*, 2 vols., Paris, 1912, vol. I, p. 204 e outras referências também no 2.º vol.

inteiramente inutilizados pela enorme perda que sofremos com o desaparecimento da missão inárcica! Demos tantos passos errados na nossa longa vida!...

*
* *

Iniciada a luta com os jesuítas na nossa colónia brasileira, iríamos continuá-la no continente, para se projectar por toda a Europa, onde, nos velhos países católicos, a Ordem era também odiada, por temerem a sua força e organização! De nada valeram, afinal, quando os ânimos tinham perdido o equilíbrio, movidos por paixões que são sempre passageiras, mas que deixam importantes sequelas para o futuro!

O mais grave era que o ambiente romano também se mostrava profundamente hostil aos filhos de Loiola. Ali dirigia o movimento contra eles um purpurado, o Cardeal Passionei, amigo dos jansenistas e de Voltaire! Como a vida se repetel... Era daqueles, sobretudo, que partia a força que ia destruindo as amarras que ligavam o mundo europeu e ultramarino à Companhia de Jesus. E elas pareciam tão fortes e mesmo inquebrantáveis!

Talvez fosse o insigne Bento XIV, o Papa mais erudito do século XVIII, aquele perante o qual o próprio Voltaire se inclinava, escrevendo sobre ele este dístico laudatório

LAMBERTINUS HIC EST, ROMAE DECUS PATER ORBIS
QUAE MUNDUS SCRIPTIS DOCUIT, VIRTUTIBUS ORNAT,

um dos grandes destruidores do poder jesuítico!

Não se entende à primeira vista aquela decisão por ele tomada, do envio para Portugal do Breve de 1758, nomeando o pobre de espírito que era o Cardeal Saldanha, Visitador e Reformador dos jesuítas portugueses. Foi a peca mais grave, que não se podia prever, contra a obra dos filhos de Loiola em Portugal!

O ambiente altamente desfavorável que os jesuítas começaram a ter em Portugal, depois de apaziguados os ânimos no Brasil, foi crescendo e asfixiando a Companhia. Mas o elemento decisivo dessa campanha, que se ia movendo e engrossando, foi o Breve de Lambertini, enviado para Portugal no final de sua vida.

É certo que já anteriormente esse Papa, depois de ter conseguido fazer serenar, com mestria e firmeza, a tempestade que a *questão dos ritos chineses* provocara, voltava-se

depois, repentinamente, contra a obra da Companhia, no Oriente e no Brasil: «Uma das suas primeiras Constituições, *Immensa Pastorum* foi escrita contra as graves acusações feitas à acção da Companhia no Paraguai, com data de 20 de Dezembro de 1741. A 11 de Julho de 1742 publicava a nova Constituição *Ex quo singular* em que se condenavam os ritos chineses, e na qual os jesuítas são directamente atingidos. Em 1744, com a Constituição *Omnium sollicitudinum*, repudia igualmente, os ritos malabáricos, como complemento da anterior»⁽³³⁾. E Mons. Borges conclui: «Amigo ou não dos jesuítas, Bento XIV nunca cedeu à verdade e à justiça, fulminando contra a Companhia condenações tão frequentes como severas. Nenhum Papa escreveu tanto contra os filhos de Santo Inácio: decretos, breves, constituições. De um dos seus documentos se deve ter arrependido, como parece ter sucedido com o breve de 1 de Abril de 1758, quando se encontrava já no leito, próximo da morte».

Se isto se passava em Roma, com muito mais vigor se ia avolumando em Portugal a campanha contra a ordem. Tudo servia de pretexto para acusar os Padres, que já começavam a ser expulsos do Brasil. Isto passava-se em 1757. E nesse mesmo ano rebentaram no Porto violentos tumultos contra a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, criada por alvará do ano anterior. Logo os jesuítas foram acusados de terem incitado o povo que foi ferozmente reprimido.

No mesmo ano (em Setembro), eram os jesuítas expulsos do Paço «com ordem expressa de lá não voltarem». Estava declarada a guerra à Companhia!

Mesmo assim, inesperadamente para tantos, sobretudo para os inacianos, chega a Lisboa o referido Breve de 1 de Abril, que nomeava o Cardeal Saldanha Visitador dos jesuítas portugueses. Falecido logo depois Bento XIV (3 de Maio de 1758), houve uma longa *sede vacante* de 65 dias, o que se prestou para as manobras fulminantes de Pombal, empurrando Saldanha e o próprio Patriarca de Lisboa, D. José Manuel da Câmara, para atitudes decisivas e preparatórias da expulsão de Portugal daqueles servidores de Deus e realizadores, no mundo que ainda possuíamos, duma obra inestimável e grandiosa que ia brevemente ter o seu triste remate.

Como escreve o Barão Pastor⁽³⁴⁾ «porta la data del 1.º aprile 1758 il Breve, con qual Benetetto XIV nominava il Car-

⁽³³⁾ Mons. Borges, ob. cit., (I), p. 7.

⁽³⁴⁾ Barão Ludovico Von Pastor, *Storia dei Papi dalla fine del Medioevo*, trad. ital. de Mons. Pio Cenci, vol. XVI, parte I, (1740-1769), p. 576.

dinale Saldanha visitatore dei gesuiti portoghesi, ma passò un mese intero prima que fosse conosciuto. Nel frattempo, nè a Roma, nè a Lisbonna, alcun gesuita aveva saputo nulla della sua esistenza. Lo stesso Nunzio a Lisbonna lo aveva ignorato, e perfino Saldanha non ne venne fatta confidenza». Que maquinação oculta teria levado o Santo Padre a tal atitude? De resto o próprio Saldanha, como escrevia o Nuncio para Roma «era un Cardinale bonario e di costumi puri, non precisamente molto intelligente e instruito, ma di sufficienti cognizioni teologiche e sano giudizio; al tempo stesso però debolissimo di volontà, specie di fronte al Pombal, cui era debitore di tutto. Da semplice monsignore egli era divenuto nel 1755 canonico della chiesa patriarcale, nel 1756 cardinale, nel 1759 Patriarca». O anterior, D. José Manuel da Câmara, esse é que não suportou o golpe, quando foi empurrado e obrigado a suspender os jesuítas da jurisdição de confessar e pregar. Morria, ao que se julga, de desgosto! E não era para menos!

Saldanha triunfava, mas o Nuncio não deixava de esclarecer Roma que o purpurado «nada fez de Visitador, mas de Ministro subalterno do Conde de Oeiras!»⁽³⁵⁾. Ultrapassava mesmo os seus poderes, pois só lhe competia suspender singularmente cada um dos religiosos, nunca uma comunidade inteira e muito menos a totalidade de uma Ordem religiosa!... Mas o que se preparava era a sua expulsão do país!

O Cardeal Rezzonico era então eleito com o nome de Clemente XIII (6-VII-1758). Parecia inclinado para o lado da Companhia. E o Geral Ricci logo se aproximara, entregando ao novo Pontífice uma exposição, queixando-se amargamente da forma precipitada e partidária como tinha procedido o Cardeal Saldanha. A petição foi remetida, em grande segredo, ao Tribunal da Inquisição, constituído por cinco Cardeais, e entre eles Corsini, Protector de Portugal. «Deste primeiro encontro resultou a condenação do procedimento do Visitador Apostólico e a desaprovação de qualquer medida rigorosa da parte da Corte de Lisboa»⁽³⁶⁾. Mas o nosso Embaixador Almada, informado pelos seus agentes, soube da mensagem de Ricci e logo a comunicou a Lisboa. Via-se que tinha a sua rede de espionagem bem montada! E do conhecimento público das palavras de Ricci resultou mais uma labareda que ia engrossar o fogo da propaganda contra a Companhia, que já crepitava por toda a Europa católica. Os inimigos dos jesuítas tinham

⁽³⁵⁾ Carta do Nuncio ao Cardeal Secretário de Estado, de 22 de Agosto de 1758, Arq. Vat. *Nunz. Port.*, 117, ref. em Borges (I) p. 9.

⁽³⁶⁾ Borges, (I) p. 10.

assaltado, com mestria, aquela fortaleza. Abertos os primeiros grandes rombos todos agora por ali metiam a mão para espoliar a presa decaída! Sempre assim foi! É o momento triunfante da mediocridade!...

De Lisboa, apesar do que Bento XIV tinha ajudado a campanha sobretudo com o seu último Breve, nem sequer, contra todas as regras protocolares, se apresentaram condolências ao Sacro Colégio pelo seu passamento. E continuámos a agredir o Vaticano, ficando também silenciosos quando se deu a elevação de Clemente XIII. Isto numa época em que as praxes protocolares chegavam a ser mais importantes que os próprios actos a que elas diziam respeito!...

Entretanto, a 3 de Setembro de 58, dava-se o atentado contra a vida de D. José. É claro que os jesuítas, confessores não só da Família Real — apenas agora dispensados — como de toda a nobreza portuguesa, entre ela, é claro, da família Távora, foram imediatamente acusados de cumplicidade, se não de incitação!

Quem ler — o que requer muita coragem! — os três grossos volumes da *Dedução Cronológica e Analítica* ^(*), publicados em 1767, pode imaginar o que então se pensava em Portugal: — os *jesuítas* tinham de estar por trás de tudo quanto de negativo sucedia no nosso país, desde D. João III até ao presente!...

O atentado fora cometido na noite de 3 de Setembro de 1758. No dia 5, o Núncio Acciaiuoli, avisava Roma de que o Rei tinha sido sangrado! Mas nada mais se sabia! A 7, D. José assina um decreto dando à Rainha Mariana Vitória todos os

(*) O título completo desta obra, que afinal se atribui a Pom- bal, é o seguinte: «Dedução Chronologica e analytica, na qual se manifestão pela sucessiva série de cada hum dos Reynados da Monarquia Portuguesa, que decorrerão desde o Governo do Senhor Rey D. João III, até o presente, os horrorosos estragos, que a *Companhia* denominada de *Jesus* fez em Portugal, a todos seus Dominios, por hum plano e Sytema por Ella inalteravelmente seguido desde que entrou neste Reyno, até que foi delle proscripta; e expulsa pela justa, sabia, e providente Ley de 3 de Setembro de 1759, dada à luz pelo Doutor Joseph Seabra da Sylva, Desembargador da Casa da Suplicação e Procurador da Coroa de S. Majestade, para servir de instrução, e fazer parte do recurso, que o mesmo Ministro interpoz, e se acha pendente na Real Presença do dito Senhor, sobre a indispensável necessidade, que insta pela urgente Reparação de algumas das mais attendiveis entre as Ruínas, cuja existencia se acha deturpando a Authoridade Regia e opprimindo o Publico Socego — Lisboa anno MDCCLXVII, na Oficina de Miguel Manescal da Costa, por Ordem de S. Majestade». Esta obra só poderia pôr-se em paralelo com outra, saída da nossa Regia Oficina, quatro anos depois, em 1771, talvez da autoria de Pa-

poderes régios. «Ao silêncio total que se guardou acerca da causa da doença do Rei sucedeu a comunicação oficial aos Representantes dos Príncipes estrangeiros, de que Sua Majestade tinha caído no jardim e magoado o braço direito»...

Em carta cifrada de 12 de Setembro, o Núncio volta a informar o Cardeal Secretário de Estado: «Diz-se que a causa do mal do Rei não foi o que se diz na Cidade, mas que vindo o Rei de carro de uma visita a uma Dama (da qual já há muito se fala por causa disto) com Pedro Teixeira, servo favorito (e por isso cavaleiro da Ordem de Cristo!), foram disparados três tiros contra o carro, de que ficou ferido e muito mal, o cocheiro. O Teixeira ficou mortalmente ferido e o Rei, com muitas feridas, no braço direito. Por meio duma mula foi chamado o Marquês de Angeja, confidente do Rei, para o socorrer, e para que o Teixeira fosse deixado em sua casa, enquanto o Marquês conduzia o Rei para a sua Barraca [como então se chamava ao Palácio de madeira, na Ajuda, onde se acolhera a Família Real, depois do terramoto de 1755]. A Dama é das primeiras famílias do Reino, irmã do Marquês de Távora, que foi Vice-Rei na Índia, a qual casou com o filho primogénito dele»⁽³⁸⁾.

Só a 13 de Dezembro, passados três meses, D. Luís da Cunha Manuel, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (6-V-1756 a 2-IX-1775), que bem diferente era do tio, o grande D. Luís da Cunha — é difícil encontrar-se na mesma família dois homens superiores, pois o primeiro parece que

glarini, o homem de confiança de Pombal, que acabou como primeiro Administrador da Imprensa Régia, fundada pelo Ministro, avô da actual «Imprensa Nacional». Basta ler-se o título para se conhecer o que lá dentro deve estar escrito: «Origem infecta da relaxação da Moral dos Denominados Jesuítas: manifesto dolo, com que a deduziram da Ethica e da Metafysica de Aristoteles; e obstinação com que, ao favor dos sofismas da sua logica, a sustentarem em comum prejuizo. Fazendo pervalecer as impiedades daquelle Filosofo falto de todo o conhecimento de Deus e da vida futura e eterna. Contra a escritura, contra a moral estabelecida pelos Livros dos Officios de S. Ambrosio, pelos trinta e cinco livros dos Moraes de S. Gegerio Magno, pelos Santos Padres e pelas Homilias de todos os Doutores Sagrados, que constituíram os Proptuarios de Moral Christa. Emquanto a não corrompem aquelles malignos artificios com lamentavel estrago das consciências dos Fieis». Só batia o primeiro por ser num só volume e de 446 páginas! E havia quem saboreasse esta prosa gongórica que mais não trazia ao conhecimento dum público ignaro e supersticioso do que o ódio por quem se esforçara pelo seu avanço intelectual e moral e até pela extensão do seu espaço!

(³⁸) Arq. Vat. — *Nunc. Port.*, 115, p. 268 e segs.; em Borges (I), p. 12.

absorve o valor da parentela! — comunicava ao Núncio que já podia explicar a verdadeira causa da doença real — «o horrível atentado de tão sacrílogo assassino!»

Neste período tudo se levou a cabo para a total destruição da Companhia de Jesus e também duma grande parte da velha nobreza. Com uma cajadada o Ministro de D. José matava dois coelhos. E que coelhos!...

O Núncio queixava-se para Roma dos ataques que recebia em Lisboa, sendo acusado de ter nas suas mãos um Breve do Papa onde se voltavam a autorizar aos jesuítas as faculdades de confessar e pregar. Mas tinha-se ido longe demais, proibindo-se abusivamente os filhos de Loiola a darem a sagrada comunhão aos fiéis que assistissem às suas Missas! O Patriarca fora a primeira vítima dessa política de violências a que o governo o obrigara! Saldanha, esse, continuava a ser o braço eclesiástico de Pombal, fulminando anátemas e autorizando todo o género de extorções de que a Companhia ia sendo vítima! As casas dos jesuítas eram assaltadas e pilhadas — um saque oficial ou pelo menos oficialmente autorizado e mesmo incitado, à propriedade privada daqueles religiosos, que até recebiam ordem para não mudarem de habitação — uma espécie de prisão domiciliária! — eles teriam de ser vítimas submissas dos seus algozes! Assim o ordenara Saldanha!

Entretanto o Núncio consegue, depois de inúmeras tentativas, uma audiência de D. José. Nela manifestou ao Soberano a sua mágoa por ele não ter escrito ao Pontífice uma palavra de agradecimento pelo seu aviso, após a eleição! Mas o Monarca respondia serenamente que, apesar de se terem passado *seis meses*, continuava a manifestar a sua fidelidade e filial obediência ao Sumo Pontífice! Parecia um diálogo de surdos! ⁽³⁹⁾

Apesar daquela aparência, tão mal posta em cena e tão enfaticamente declamada, Acciaiuoli comunicava em seguida: «Na Cidade vive-se em grande agitação, temendo-se qualquer coisa de horrendo». E foi realmente *horrendo* o açougue de Belém. Era no Natal de 1758. Na própria Europa do momento tapou-se a cara para não ver aquele espectáculo bárbaro e cruel! Com o ensandecido e velho Malagrida, o seu final foi atroz e desumano, a ponto de Voltaire exclamar: «L'excès du ridicule était joint à l'excès d'horreur!» ⁽⁴⁰⁾.

⁽³⁹⁾ Arq. Vat. — *Nunc. Port.*, Carta do Núncio ao Cardeal Secretário de Estado, de 11 de Novembro de 1758, 114, p. 233 e segs.; *Id.*, de 19 de Dez. de 1758, Arq. Vat. — *Nunc. Port.*, 114, p. 292.

⁽⁴⁰⁾ Saint-Priest, *ob. cit.*, p. 2.

Oito dias depois daquela chacina dos Távoras, a Família Real partia para Salvaterra de Magos onde se conservou, em caçadas e outros divertimentos até 3 de Março! O Núncio, em carta de 30 de Janeiro de 1759, informava o Cardeal Secretário de Estado que o Rei tinha matado um lobo e alguns veados e que a Rainha estava melhor da constipação, o que lhe permitia tomar parte naqueles folguedos venatórios!... (41).

Resolvido o problema da velha nobreza, que impedia o trajecto sem trepidações daquele sistema *despótico esclarecido ou iluminado*, estava aberto caminho para o golpe final aos jesuítas, apesar de Carvalho ter assegurado ao Núncio que nada se faria contra eles sem que, primeiro, fosse informada a Santa Sé.

No entanto, num plano perfeitamente architectado até ao pormenor, o Ministro informava o Núncio que o Rei tinha escrito a carta responsiva em atraso, acrescentando de viva voz que «cada vez crescem mais as coisas horríveis contra os jesuítas e que tudo o Rei queria informar Sua Santidade, razão da demora daquela missiva». Por seu lado o 2.º Cunha, exaltava-se com Acciaiuoli, declarando «que os jesuítas vão espalhando falsidades contra a Corte, não só no Reino como em todas as Cortes da Europa católica e protestante; que afinal pouco incomoda Sua Majestade Fidelíssima, que, por fim, fará sair todos deste Reino e que ninguém se oporá a isto, logo que tenham persuadido Sua Santidade que de nada duvidará, quando tiver saboreado as matérias das representações que Sua Majestade lhe fará com as folhas já todas em ordem, que o correio lhe levará».

Mas os correios não partiam para Roma, impedidos por isto ou por aquilo, até que finalmente saíram, mas com tanto atraso, mesmo no caminho, que só chegariam a Roma em Junho, tendo deixado Lisboa nos princípios de Maio de 59.

Tentativas parece ter havido, da parte de Lisboa, de uma resolução amigável do problema, mas que não passava duma triste farsa, aliás mal representada, até que Cunha informava o Núncio, a 3 de Abril, que os jesuítas seriam expulsos, o que se efectuou em Setembro de 1759 (42).

(41) Cartas do Núncio ao Card. Secr. de Est. de 16, 23 e 30 de Janeiro de 1759, Arq. Vat. — *Nunc. Port.*, 115, p. 22 e segs.; Borges, (I), p. 14.

(42) Carta do Núncio ao Card. Secr. de Est. de 26 de Junho de 1759, Arq. Vat. — *Nunc. Port.*, 115, f. 219 e segs.

Conseguida a sua primeira vitória sobre a odiada Companhia — a sua expulsão dos territórios portugueses — o Ministro de D. José, inchado de importância e julgando o mundo a seus pés, quis-se fazer retratar, em apoteose glorificadora, para que ficasse bem documentada na História a sua importância! Procurou-se para o efeito um retratista de renome europeu, escolhendo-se Van Loo (1707-1771), pintor francês de origem holandesa, que substituiria Ranc, em Espanha, como pintor da Corte. Tinha já produzido uma enorme tela de grande beleza, em que juntara a família de Filipe V e da Farnese, como depois Goya faria com a de Carlos IV ⁽⁴³⁾. O Artista nem se dignou comparecer em Portugal para retratar o modelo, trabalhando, afinal, sobre estudos de António Joaquim Padrão e de João Silvério Carpinetti, e tendo como colaborador, Claude-Joseph Vernet. Sendo Sebastião José, mais do que económico, talvez mesmo avaro, menos da própria glória, pagaram o trabalho dois estrangeiros, protegidos pelo Pombal, que tinham entre nós o monopólio do pau-brasil — o suíço David Purry e o britânico Gerard Devismes ⁽⁴⁴⁾. Estes

⁽⁴³⁾ Fernando Pamplona, *Dicionário de Pintores e Escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*, t. IV, p. 185, Lisboa, 1959; José Augusto França, *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, pp. 146, 210, 233, e 272, Lisboa, 1977; Teixeira Soares, *ob. cit.*, p. 142; Xavier de Salas, *Goya, la familia de Carlos IV*, Barcelona, 1944.

⁽⁴⁴⁾ Gerard de Vismes (1713-1795) ou Devismes, descendia duma família huguenote, originária da Picardia, emigrada em Inglaterra com o aparecimento do Édito de Nantes. Comprou em Portugal uma quinta em Benfica, em 1767, restaurada pelo Arquitecto Oliveira Bernardes e afrescada pelo pintor francês Pillement, que esteve três vezes em Portugal (Fernando Pamplona, *ob. cit.*, t. III, p. 219 e segs.; Marquis de Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal (1786-1788)*). Bombelles refere-se muitas vezes nas suas deliciosas Memórias à famosa quinta de Devismes. Ele, com o suíço Purry tinham o monopólio do pau-brasil. Enriqueceram e aumentaram os lucros do país!

— David Purry, de nacionalidade suíça, veio para Portugal depois do terremoto de 1755, onde desenvolveu enorme actividade comercial e aqui morreu. Nascera em Neuchatel.

— Jacomo Ratton (1736-1820), nascido em Monétier-les-Bains, nos Alpes. Chegou a Lisboa em 1747. Naturalizou-se português em 1762. Industrial de chitas, papel e fição. Aplicou a máquina a vapor na indústria têxtil. Escreveu *Recordações*, onde deixou páginas muito curiosas sobre a vida de Lisboa no período pombalino. Foi muito dedicado a Pombal que o lançou nos seus empreendimentos. A obra foi publicada pela Editora H. Bryer, em Blackfriars, no ano de 1813.

— Anselmo da Cruz Sobral (eram três irmãos). Graças à protecção de Pombal enriqueceram rapidamente. Anselmo pertenceu à direc-

com Jácome Ratton e outros que se foram seguindo, constituíam a *grande burguesia* que Pombal inicialmente criara, com os olhos postos na Inglaterra.

O quadro, que existe hoje no Palácio de Oeiras, propriedade que foi dos Pombais, representa o Ministro repoltreado numa cadeira de braços, tendo aos seus pés os projectos da construção de Lisboa e, como peça fundamental, nos fundos, os barcos, um deles o *Ragusa*, fretado expressamente para o efeito, levando como lastro todos os jesuítas arrebanhados que se deveriam despejar nos Estados Pontifícios. Mais pareceriam navios do tráfego negreiro, mas que transportavam, desta vez, os que no Ocidente, em Portugal continental e no Oriente, tinham elevado o país e fixado a sua expansão. O Núncio dizia para Roma, a 18 de Setembro de 1759, que os pobres Padres «levavam consigo os breviários, alguns pares de meias, sendo acompanhados — não se fossem revoltar no caminho! — de grande quantidade de soldados de Infantaria». Comboiava o *Ragusa* e os outros, um vaso de guerra que iria até Gibraltar, regressando depois a Lisboa ⁽⁴⁵⁾.

Com a sua saída de Portugal e dos seus domínios, fecharam, no continente, 23 colégios, 17 casas de residência; no Bra-

ção da Companhia do Grão-Pará, e do Tabaco. Foi Director das Alfândegas. Pode-se dizer que se lhe deve a construção do Teatro de S. Carlos em Lisboa.

— Joaquim Quintela (1747-1817) teve o monopólio do fornecimento de coiros ao exército português, dedicando-se também à venda dos diamantes do Brasil, do tabaco, etc. Mandou construir um soberbo Palácio na Rua do Alecrim em Lisboa e um outro em Benfica que é hoje o Jardim Zoológico da Cidade. Foi o 1.º Barão de Quintela.

— José Ferreira Pinto Basto (1774-1839) trabalhou inicialmente com seu pai, Domingos José Ferreira Pinto Basto. Foi contratador geral dos tabacos e das Reais Saboarias. Teve sociedade com o Farrobo (Joaquim Pedro Quintela, 1.º Conde de Farrobo, 2.º Barão de Quintela, 1801-1869) (*A. Zuquete, Nobreza de Portugal*, vol. II, p. 58). Era natural do Porto vindo para Lisboa em 1817 a fim de dirigir o negócio do tabaco. Montou uma Moagem em Aveiro e a fábrica da Vista-Alegre em fíhavo (1824) que foi a sua obra mais importante.

Até Pombal havia a velha Nobreza, já então entorpecida, depois de altos serviços prestados à Nação e o povo, analfabeto, supersticioso mas dócil. O Ministro de D. José abria à vida portuguesa uma importantíssima e laboriosa sociedade capitalista, que veio a criar riqueza num país depauperado e sem iniciativa própria, esperando que o Estado, o governo, lhe resolvessem todos os problemas. A sua passagem por Londres dera qualquer resultado apreciável. Depois destes pioneiros vieram outros a continuar a obra iniciada.

(*) Carta do Núncio ao Card. Secr. de Est. de 18 de Setembro de 1759, Arq. Vat., *Nunc. Port.*, 117, f. 171 e segs.; em Borges, (I), p. 19.

sil, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários; no Oriente, ia caindo em ruínas, em Macau, que ainda hoje ali se admiram, o soberbo Colégio de S. Paulo, viveiro desses heróicos missionários que tinham quebrado aquela *rocha* que parecia impenetrável, deixando passar, pela grande fenda, aquele exército de missionários, que chegaram a abraçar o velho *Império do Meio* e a conquistar o isolamento da *Cidade Proibida* ⁽⁴⁶⁾.

A 27 de Novembro chegava a notícia de que os jesuítas expulsos tinham chegado a Civitavecchia. Não se conhecia ali a decisão de Lisboa, mas o Pontífice não hesitou em recolher aqueles 133 Padres nos seus territórios ⁽⁴⁷⁾.

Ainda na tela de Van Loo, sobre uma mesa a que o Ministro se apoia, aparece o modelo da estátua equestre de D. José, da autoria de Machado de Castro, que seria inaugurada a 6 de Junho de 1775, mas sem o medalhão, com a efígie do Ministro onnipotente, que depois foi colocado no plinto. Pergunta José-Augusto França: «Será que Pombal preferia que a resolução dos representantes das corporações ficasse na sombra, para não ofender os seus inimigos, e para evitar intrigas na Corte?» ⁽⁴⁸⁾ Não se percebeu então como era perigosa a glorificação escultórica dum grande político, ainda em sua vida! Assim, logo que D. Maria I subiu ao trono, o medalhão foi retirado depois de o apedrejarem aqueles mesmos que pouco tempo antes se curvavam perante «o Grande Homem»!... Era substituído por uma caravela — as armas de Lisboa — o que, segundo se diz, deu motivo ao melancólico desabafo do Marquês, exilado em Pombal e aguardando julgamento: — «Pobre Portugal que vais à vela!...»

*
* *
*

Não bastava, no entanto, para Pombal, a expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses. Fora para ele um grande passo no seu projecto, mas havia que ir mais longe, pois tinha sido aquele um simples acto de pressão para forçar o Papa a extinguir a Ordem!...

⁽⁴⁶⁾ Teixeira Soares, *ob. cit.*, p. 240; Fernando de Azevedo, *Cultura Brasileira*, t. III, p. 47.

⁽⁴⁷⁾ Carta do Núncio ao Card. Secr. de Est., de 27 de Novembro de 1759, Arq. Vat., *Nunc. Port.*, f. 237 e segs.; em Borges, (I), p. 19.

⁽⁴⁸⁾ José-Augusto França, *ob. cit.*, p. 206.

A 24 de Setembro de 1759 o Núncio Acciaiuoli, Arcebispo de Patrasso, que já estava em Lisboa desde 1756, era elevado ao Cardinalato.

Era prerrogativa conseguida por D. João V, depois duma longa e difícil negociação na Santa Sé, para que fosse concedida a púrpura ao Núncio em Lisboa quando este deixasse o seu posto. Também que o barrete ao novo purpurado lhe fosse imposto pelo Rei de Portugal, tal como sucedia nos três grandes países católicos — Espanha, França e Áustria. Mas desta vez era honra que vinha ainda dificultar o problema. Acciaiuoli, talvez com pouco tacto — era de prever, nas circunstâncias do momento, a reacção do governo de Lisboa! — insistia para que a cerimónia se realizasse. Clemente XIII, também com infelices tentativas, tentava forçar a mão do Rei e do governo de Lisboa, enviando o sobrinho do Núncio como portador daquela insígnia cardinalícia.

Acciaiuoli, a 4 de Março, pedia a D. Luís da Cunha para que rogasse ao Monarca para presidir à cerimónia, como era do protocolo estabelecido. A Corte estava em Vila Viçosa, ao abrigo do Palácio Ducal, sempre ausente quando se aproximava a borrasca! E a resposta tardava!

Finalmente, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros visitava o Núncio para lhe comunicar «que Sua Majestade o informava que teria muito gosto de fazer a cerimónia da imposição do barrete cardinalício, mas que não era possível dar-lhe a solenidade que se impunha, numa *Barraca*, como aquela em que habitava» depois do terramoto grande ⁽⁴⁹⁾. Mons. Acciaiuoli, ainda lembrou que o Cardeal Saldanha tinha recebido a mesma insígnia, pouco tempo antes, na referida *Barraca*! D. Luís da Cunha respondia duma forma que denotava a intenção de encerrar o assunto; e ao Núncio de Sua Santidade só restava pedir para que o Rei o recebesse. Acciaiuoli, a 3 de Junho, em carta para o Vaticano deixava entender que se preparava a sua expulsão. A 6 realizava-se em Lisboa o casamento da futura D. Maria I, com o tio, o pobre *Capadocio* de risonha memória! Parece que o futuro Marquês de Pombal teria apoiado o casamento da herdeira do trono com o Duque de Cumberland, filho de Jorge II de Inglaterra ⁽⁵⁰⁾.

⁽⁴⁹⁾ Carta do Núncio ao Card. Secret. de Est., *Nunc. Port.*, f. 311 e segs.; em Borges, (I), p. 21.

⁽⁵⁰⁾ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar...* vol. VI, p. 247; Teixeira Soares, *ob. cit.*, p. 238. Era mais um motivo de fricção com os jesuítas. O Embaixador de França, Conde de Merle, em Portugal de 1759 a 1760, (Teixeira de Sampayo, *O Arquivo histórico do Ministério*

Mas oiçamos o próprio Núncio relatar, para Roma, o que ia sucedendo, em carta de 10 de Junho de 1760 ⁽⁶¹⁾: «Enquanto a ira deste Primeiro-Ministro se lançava sobre mim, eu sofri tranquilamente calado e sereno; agora que ele quis avançar contra a Santa Sé e contra Sua Santidade, não pude calar-me, nem sofrer e não me manifestar. Tendo-se celebrado, na sexta-feira passada, o Matrimónio da Sereníssima Princesa do Brasil, sábado, de manhã, por meio de um bilhete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, D. Luís da Cunha, foi comunicado a todos os Embaixadores e Ministros de qualquer categoria, o Matrimónio e uma determinação para os mesmos sobre a forma da audiência do Rei (...) Não tendo eu recebido qualquer bilhete, informei-me bem, junto dos outros todos, e todos me asseguraram que o tinham recebido, isto é, os Embaixadores de França, Espanha e Inglaterra, o Ministro da Holanda e o Secretário Imperial.... e reconhecendo que me queriam fazer qualquer afronta e ligar-me a boatos, dei ordem em casa que preparassem tudo para a iluminação [do Palácio da Nunciatura, como era da praxe] e que aguardassem as minhas ordens. Fui a um almoço oferecido pelo Marquês de Tanços e onde encontrei todos os Ministros estrangeiros e Secretários de Estado, Oficiais e alta nobreza e aí pedi a D. Luís da Cunha uns momentos para trocarmos impressões, a que me respondeu fosse nessa tarde à Secretaria como de costume. Assim fiz, onde o encontrei pontualmente. Disse-lhe que era do meu conhecimento que tinha mandado a todos os Ministros o bilhete e que eu não o tinha recebido, pelo que julgava ter havido qualquer equívoco, pedindo-lhe que o remediasse. A sua resposta que não tinha recebido qualquer ordem do

dos Negócios Estrangeiros, Coimbra, 1925, p. 109) escrevia: «Que também por esse tempo propusera o Gabinete inglês o casamento da Princesa do Brasil com o Duque de Cumberland, coisa a que também se opusera, como se dizia, o confessor de El-Rei de acordo com os jesuítas, com muitas e fortes razões, o que tudo contribuíra para a ruína dos Padres da Companhia. Que a oposição feita da parte d'El-Rei de Espanha ao casamento da Princesa do Brasil com o Duque de Cumberland irritara por tal modo o ânimo d'El-Rei contra os jesuítas que todos os maus sucessos que lhes atribuíam, e com particularidade o daquele casamento; pois devendo o Duque embarcar-se em uma esquadra que se estava aprestando em Inglaterra para certa expedição, que posto que secreta, era destinada a transportá-lo a Lisboa para concluir o dito casamento, El-Rei de Espanha declarara à Inglaterra que se o Duque se embarcasse, ele enviaria as suas forças com as de França e invadiria por terra Portugal». (Ofício de 29 de Janeiro de 1760, em Santarém, *ob. cit.*, e *vol. cit.*, p. 96).

⁽⁶¹⁾ Carta do Núncio ao Card. Secr. de Est. de 1 de Julho de 1760, Arq. Vat., *Nunc. Port.*, 117, f. 322 e segs.; em Borges, (I), p. 21.

Rei, repliquei não ser costume, geralmente, o dar tais ordens, sem especificar».

D. Luís da Cunha procurou fugir à questão, posta assim tão frontalmente pelo Núncio, alegando que aqueles bilhetes não tinham sido escritos para dar parte do casamento, pois isso pertencia ao Monarca, mas apenas para advertir os Ministros acerca das novas disposições relativas à precedência dos convidados.

Ao representante do Papa competia, entre os diplomatas estrangeiros, o primeiro lugar — ainda hoje é assim, nos países de tradição católica — o que nessa altura não se queria de forma alguma aceitar. A situação de Acciaiuoli era ainda mais delicada daquela que tinha sofrido o nosso Garrett na Corte de Leopoldo I, na Bélgica! ⁽⁵²⁾. Mas esse tinha tido culpa!

O Papa ainda quis intervir, procurando impedir a expulsão preparada, demais dum Cardeal, apresentando a **Almada** uma lista de vários nomes para a Nunciatura de Lisboa. Mas Carvalho visava mais longe, e não lhe convinha entrar naquela *combinazione*!

A expulsão do Núncio era irremediável! E veio a dar-se a 15 de Junho de 1760, a pretexto dele, *sem ter sido notificado do casamento da Princesa*, não iluminar o seu Palácio pelo matrimónio real! Vale a pena ainda ouvir Acciaiuoli, em carta escrita já de Badajoz, a 20 desse mês ⁽⁵³⁾: «Encontrando-me às 11 horas, no Domingo dia 15, a preparar-me tranquilamente para celebrar a Santa Missa, trouxe-me um dos meus criados a comunicação de que tinha ali chegado um Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, com um bilhete do Sr. D. Luís da Cunha, datado do dia 14 daquele mês. Logo a seguir ao referido minutante, chamado Galvão, entrou também o Sr. D. Luís Mendonça, Briga-deiro e Guarda assistente numa das Torres sobre o Tejo. O primeiro apresentou-me o bilhete (...) Li-o e perguntei, imediatamente, se poderia escrever um bilhete ao Secretário de Estado, D. Luís da Cunha, a que me respondeu, prontamente, que não, por que tinha ordem de me fazer partir imediatamente (...) Perguntei ainda, se, ao menos, podia ouvir a Santa Missa — era Domingo! — e replicaram-me que não».

Depois, foi a viagem trepidante, numa sege, a caminho de Badajoz, acompanhado por um pelotão de Cavalaria até à fronteira, pelas estradas poeirentas e escaldantes do

⁽⁵²⁾ Eduardo Brazão, *Portugal na Bélgica — de Filipe de Alsácia a Leopoldo I*, p. 141 e segs., Lisboa, 1969.

⁽⁵³⁾ Carta do Núncio ao Card. Secr. de Est. de 2 de Junho de 1760, Arq. Vat., *Nunc. Port.*, 117, f. 352 e segs.; em Borges (I), p. 25.

Alentejo. Ali o despejaram, sem qualquer outra formalidade, nem mesmo a assinatura do documento da entrega da mercadoria!...

A 2 de Agosto seguinte seguia-se a expulsão do Auditor da Nunciatura, Paulo Testa, que deveria abandonar Lisboa dentro de 24 horas e o Reino dentro de 6. Tinham sido mais atenciosos com ele do que com um Príncipe duma Igreja da qual o nosso Monarca era *Fidelíssimo!*...

Mais outro decreto, dois dias depois, mandava retirar de Portugal todos os súbditos dos Estados Pontifícios.

Em Roma, Almada abandonava a Cidade depois de protestar, em termos pouco habituais para um diplomata daquela época! Mandava, por outro lado, afixar um edital, à porta da Igreja de Santo António dos Portugueses para que todos os súbditos do seu país saíssem dos Estados Pontifícios. E deixava um memorial aos seus colegas, onde procurava explicar os motivos que tinham levado o seu governo a expulsar um Cardeal.

Assim, mais uma vez Portugal cortava as relações diplomáticas com a Santa Sé.

Daí por diante o problema dos jesuítas seria manejado na Cidade Eterna pela França e Espanha. Portugal fora o *bull-dozer* potente para os primeiros arranques! A esgrima subtil da diplomacia ficava agora nas mãos de Choiseul e dos espanhóis. Sobretudo o primeiro trazia consigo todo o espírito francês e uma longa tradição dum maquiavelismo discreto e doce! Da Espanha havia agora, sobretudo, agitação acompanhada de ameaças pouco veladas de Carlos III.

Morre Clemente XIII (Fevereiro de 1769); sobe ao trono pontifício (19 de Maio) o Cardeal Lorenzo Ganganelli. Os representantes dos reinos bourbónicos tinham-se reunido em Roma para um entendimento recíproco, que constituísse uma frente bem unida. Espiavam os diplomatas franceses e espanhóis, d'Aubeterre e Azpurù, antes da última votação, os sentimentos mais secretos de cada Cardeal eleitor^(*). Era difícil, sobretudo quando se tratava de purpurados italianos; pode-se lá saber o que pode pensar um homem daquela nacionalidade, antes de tomar uma decisão definitiva! O Geral da Companhia, Ricci, atemorizado com o destino da sua gente, também vigiava os Cardeais, procurando sondar os seus propósitos.

Dos purpurados franceses apenas dois se apresentaram no Conclave, Bernis e De Luynes. Os espanhóis demoraram

(*) Pastor, ob. cit., vol. XVI, parte II (1769-1774), p. 8.

a chegar, talvez por tática — o Patriarca das Índias Ocidentais, La Cerda e o Arcebispo de Sevilha, Solis. E a eleição ia-se arrastando sob um calor sufocante, e húmido.

Entretanto, enquanto o Conclave continuava reunido, chega à Cidade Eterna (15 de Março de 1769), inesperadamente, o Imperador José II. Era o primeiro Monarca germânico, depois de Carlos V, que visitava a *Urbs*. É claro que um grande peso caía, influindo os eleitores purpurados no sentido anti-jesuítico.

O Imperador, ainda que anónimo, visitou o Conclave, entreteve-se com os Cardeais. Falou largamente com o Embaixador de França, d'Aubeterre, onde o caso dos jesuítas foi naturalmente abordado. Ao Geral Ricci, quando visitou a Igreja de Gesù, perguntara: «Quando lacerete codesto abito?»⁽⁶⁵⁾ Era embaraçante, mas o jesuíta baixando os olhos, respondera que tinha confiança na misericórdia divina. Ainda José II ironizou, ao apreciar a estátua de Santo Inácio que se encontrava naquela bela Igreja, toda de prata maciça, cravejada de pedras preciosas de alto valor: «Paga com os vossos lucros nas Índias?» Não seria a alma gananciosa de Filipe, o Belo a falar pela boca do Imperador?⁽⁶⁶⁾ Mas mais seriamente respondeu a Ricci, quando este lhe pediu para proteger a sua Ordem: «Non vi è motivo di preghiera da parte vostra, procurate che sia eletto un Papa ben disposto verso di voi, e tutto andrà bene. Ma se invece è eletto un Papa che vi sia sfavorevole e voglia distrugervi, che posso farci io?»⁽⁶⁷⁾

Choiseul e Carlos III davam as mãos para uma ofensiva comum, bem articulada e eficiente. A Áustria, aparentemente pelo menos, mostrava-se neutral — nem pró, nem contra os jesuítas —, mas no fundo estava ao lado dos Bourbons!...

Era febril a actividade em Roma junto do Conclave, dos dois Embaixadores, de França e de Espanha!

Logo que Portugal soube da morte de Clemente XIII, o correio de Roma que trouxe a notícia foi sequestrado, sem lhe permitirem contactar com quem quer que fosse. E nessa altura a Rainha Mariana Vitória, irmã de Carlos III, escrevia-lhe, a 5 de Março, que a Corte de Lisboa estava de acordo com o Rei de Espanha no desejar que a escolha do novo Pontífice não recaísse num «jesuíta»: «Y yo tonta y ignorantemente digo, que me acuso, que no la consiento en nadie, si no

⁽⁶⁵⁾ Pastor, *ob. e vol. cit.*, p. 16.

⁽⁶⁶⁾ A. Theiner, *Histoire du Pontificat de Clément XIV*, t. I, p. 60.

⁽⁶⁷⁾ Pastor, *ob. cit.*, p. 17.

se diere palavra de extinguir la Compañia, porque sin eso puede parecer que no es jesuita ou fingirlo, y después serlo e quedamos como antes» ⁽⁵⁸⁾.

A rede apertava-se junto dos conclavistas — era uma teia bem urdida. Candidatos apareceram vários — Fabio Chigi, que não agradara nas Cortes bourbónicas; depois, Caetano Fantuzzi, proposto pelo partido do anterior Pontífice Rezzonico, mas colocado por Grimaldi entre os *cattivi*; a seguir Marcantonio Colonna, Cardeal Vigário de Roma, mas logo posto de parte; ainda o Arcebispo de Milão, Cardeal Pozzobonelli, também afastado. No meio destas combinações e projectos, o Cardeal de Bernis não parava de informar a Corte francesa. Ainda surgiu uma candidatura que parecia definitiva, a do Cardeal Gianfrancesco Stoppani, mas, no que dizia respeito aos jesuítas era neutral. Portanto não servia! Lembrou-se então o Embaixador francês d'Aubeterre do nome de Ganganelli. Mas também se falou no Arcebispo de Nápoles, Antonio Sersale. E igualmente em Cavalchini, mas que tinha 85 anos! Volta à baila a candidatura de Ganganelli que, todavia, o Secretário da Embaixada de França, De la Houze, classificava de catavento, sempre de acordo com a última pessoa com quem falava! Para o Embaixador de Veneza o carácter desse purpurado era um mistério para todos. Acentuava-se que era de carácter vacilante. Lembrava, no nosso tempo, a personalidade de Montini! De início Ganganelli mostrava-se amigo dos jesuítas, mas depois de elevado ao cardinalato pensaria que tal atitude poderia prejudicar a sua carreira e afastou-se prudente e bem ostensivamente para que todos vissem e gravessem na memória! O camareiro-secreto Roselli escrevia então ao Ministro napolitano Tanucci que esse Cardeal era o único que poderia pôr termo à vida da Companhia de Jesus! Chosseul definia-o *ótimo*. Da mesma opinião era Azpurù, Embaixador de Espanha. E, para as suas ambições e desejos, tinham todos razão! ⁽⁵⁹⁾

Eram poucos os votos que Ganganelli recolheu no início das contagens, mas foram subindo de escrutínio para escrutínio. Com a chegada dos Cardeais espanhóis entrou-se na recta final da eleição. Mas até ao último momento as opiniões dos conclavistas dividiam-se, para de novo se juntarem, até se fixarem definitivamente. Sentia-se que se podia estar a preparar um acto de tremenda responsabilidade para a Igreja! E aque-

⁽⁵⁸⁾ Pastor, *ob. e vol. cits.*, p. 21 (Arquivo de Simancas, Estado, 5012).

⁽⁵⁹⁾ Pastor, *ob. e vol. cits.*, p. 22 e segs.

las almas, que na maioria acreditavam na inspiração do Espírito Santo no momento decisivo, talvez se comesçassem a preocupar se do *Alto* houvesse um engano com os que vivem cá em baixo!... E tinham razão!...

O Cardeal de Bernis, pode-se afirmar, foi o grande eleitor de Ganganelli. A 19 de Maio de 1769 todos os dosséis baixaram, menos o do eleito que ia tomar o nome de Clemente XIV. A eleição estava consumada. O novo Pontífice dirigiu-se então a S. Pedro, recebendo ali os aplausos duma enorme multidão entusiasmada. Sempre assim foi e continuará a ser! De início tanta esperança; e depois, quase sempre, uma enorme desilusão, esperando que outro sucessor de Pedro venha pôr na ordem a humanidade desavinda!... Mas continuava a acreditar-se que os Papas teriam de ser forçosamente italianos!...

Logo se iniciaram, junto do novo Pontífice, as pressões sobre a desejada extinção da Companhia de Jesus.

Almada voltava a Roma a 13 de Agosto de 1769. E Clemente XIV enviava então, a 28 desse mês, ao Conde de Oeiras, uma carta autógrafa onde lhe dirigia amáveis e paternais expressões «pelos bem conhecidos merecimentos que adquiristes para a Santa Sé, como dizia, desde o glorioso Pontificado do grande Papa Bento XIV, quando fostes *Embaixador* (sic) da vossa Corte em Viena (...) Tivemos por isso longo discurso sobre os vossos apreciáveis dotes com o Comendador Almada (...) Ele poderá expor-vos amplamente a estima que fazemos da vossa pessoa e grande esperança que temos fundada em vós». E terminava por comunicar ao Ministro de D. José: «Para dar ao mundo um seguro e largo testemunho do restabelecimento das relações entre a real Corte de Lisboa e a Santa Sé, vos pedimos a vossa intervenção junto de Sua Majestade Fidelíssima para que se digne de apresentar-nos a pessoa que julgar digna de ser promovida à sagrada púrpura, querendo Nós orientar a primeira promoção que nos pertencer, apresentando a pessoa que nos for recomendada por Sua Majestade Fidelíssima».

Carvalho, em resposta, abre de novo fogo contra os jesuítas! Era uma obsessão! Choiseul dizia, que o Ministro português tinha sempre um jesuíta encavalitado no nariz! ⁽⁶⁰⁾.

Monsenhor Inocêncio Conti, Arcebispo de Tiro, era enviado, como Núncio de Sua Santidade para Lisboa (1769-

⁽⁶⁰⁾ Mons. José de Castro, *Portugal em Roma*, vol. II, Lisboa, 1939, p. 351.

-1774) ⁽⁶¹⁾. Queria-se atrair Portugal! Mas o preço do Ministro de D. José era sempre o mesmo — a extinção da Companhia!...

Na carta de Clemente XIV para o Rei de Portugal, de 10 de Dezembro de 1769 ⁽⁶⁰⁾, aparece uma passagem bem enigmática: «O benigno acolhimento com que Vossa Majestade se dignou aceitar o novo Nuncio Apostólico, encheu a nossa alma de uma completa satisfação, e causou a toda a Roma um júbilo universal....» Até aqui tudo soava a falso, mas era e é a linguagem normal da Santa Sé! A seguinte passagem, no entanto, dá para reflectir: «Este (Mons. Conti) não poderá pensar, nem fazer outra coisa, senão prevenir pontualmente as intenções de Vossa Majestade, a que estamos prontos a dar também as mesmas provas que estamos determinados a oferecer ao Monarca das Espanhas sobre o ponto do negócio comum, bem conhecido da Vossa Majestade. ...» ⁽⁶²⁾

Para complemento da abertura dos braços ao Portugal pombalino, Clemente XIV elevava o irmão do Ministro, Paulo de Carvalho, à púrpura!... ⁽⁶³⁾. Mas que não chegou a usá-la por ter, entretanto, falecido!...

Foi então que Sebastião José foi elevado a Marquês de Pombal, ainda que por vezes o tenhamos tratado antes como tal, pois foi assim que ficou conhecido para sempre na História.

Forçado cada vez mais pelas Cortes Bourbonicas que não largavam a presa, Ganganelli dá então o primeiro passo contra os jesuítas: a 12 de Fevereiro de 1770, dispensa-os da direcção do Seminário de Frascati. Mas, atacado violentamente de todos os lados, ainda mais agora depois de ter tomado aquela decisão contra a Ordem, de que já estaria certamente arrependido, com visível angústia e sempre hesitante, declarava: — «que se o Rei de Espanha continuasse a fazer pressões tão intensas nesta questão dos jesuítas, renunciaria à tiara e retirar-se-ia para o Castelo de Sant' Ângelo para aí acabar os seus dias. Entretanto, sem coragem para manter uma atitude inflexível, acaba por proibir à Companhia de receber mais noviços! Carlos III, implacável — ou não fosse filho da Farnese! — não desistia, tendo ultrapassado Choiseul nas investidas em Roma, mas não nas subtilezas do francês!...

Era então enviado para o Vaticano, como Embaixador de Sua Majestade Católica, Floridablanca, o famoso Moniño

⁽⁶¹⁾ Mons. Borges, ob. cit. (II), p. 50.

⁽⁶²⁾ Judice Biker, *Suplemento à Colecção dos Tratados...*, t. XI, parte I, p. 243.

⁽⁶³⁾ C. R. Boxer, ob. cit.

(Agosto de 1772). Este, logo nas primeiras audiências que lhe concedeu Clemente XIV, convence-o a cortar pela raiz o problema dos jesuítas, que já se arrastava demasiadamente, na opinião do diplomata Espanhol, com paliativos de que nada resultava!

E o Papa Ganganelli vai limitando sucessivamente os poderes que ainda tinham os jesuítas nos Estados Pontifícios. Moniño ia apertando o cerco. Finalmente dá-se o que Rops chama *une faute capitale*. Pelo Breve *Dominus ac Redemptor*, de 31 de Janeiro de 1773, Clemente XIV suprime aquela *sentinelle avancée de la cour de Roma*, como chamava à Ordem o Grande Frederico, Rei da Prússia.

Criava-se o vácuo no ensino com o desaparecimento dos antigos Mestres das Universidades e das Escolas. No Ultramar era a desolação e a ruína daquilo que fora grande!

A Companhia de Jesus tinha, realmente, pretendido inovar, o que é extremamente perigoso, sobretudo em países atrasados como sempre foi o nosso! Terá sonhado numa experiência fascinante, a dos *aldeamentos brasileiros* ou a da aceitação dos *ritos chineses ou malabares* ^(*). Seria talvez a criação do *homem novo americano* ou do *homem novo Oriental*! O resultado foi a lapidação agressiva da Companhia, sendo a mão que arremessou contra ela o mais volumoso matacão... a do próprio Pontífice Romano!...

É preciso que a Igreja Católica seja realmente Divina para não ter sucumbido com tantos erros cometidos no passado e no presente!...

Afirma-se por aí que Pombal teria aberto caminho a nova fase histórica, mais evoluída, possivelmente, dando ensejo à lufada, para tantos benéfica, do *liberalismo* do século XIX! Não entendemos assim, pois quem, por deslumbramento parolo do que vira no estrangeiro, se abria caminho a uma *alta burguesia* que não possuíamos — o que se tornou salutar — foi no entanto acérrimo partidário do *regalismo*, *cesaropapismo* dos Reis de então, que se declaravam revestidos do poder, por direito divino, recebido directamente de Deus, até ao *Despotismo esclarecido e iluminado* (Aufklärung) de Diderot e do Imperador José II. Pelo contrário, a Compa-

(*) Mons. José de Castro, *O Cardeal Nacional*, p. 262, Lisboa, 1953; Mons. Borges, ob. cit. (II), p. 51.

nhia, com o seu sistema filosófico-teológico do *livre arbitrio*, em que defendia a liberdade, «princípio revolucionário fecundo, sem dúvida, mas que logo unia outro de carácter conservador: toda a autoridade vem de Deus, todavia quem a recebe directamente não são os Reis, senão o Povo, onde se conserva estável» ⁽⁶⁶⁾, caminhava numa vereda mais rápida para alcançar novos horizontes. Mas o ódio que a inveja provocara, alterava totalmente a ordem dos factores!...

Quarenta e um anos depois da extinção da Companhia de Jesus pelo Papa Ganganelli, um outro Pontífice, Pio VII (Barnaba Chiaramonti) — aquele que fora obrigado a assistir, em Paris, à farsa da coroação Imperial de Napoleão e da bela crioula Josefina — pela Bula de 17 de Agosto de 1814, *Sollicitudo Omnium* restaurava a Ordem criada por Inácio de Loiola em 1539 para servir a Igreja de Roma e *defender o Papado!*...

Mas a lenda negra continuaria a persegui-la...

(66) Serafim Leite, ob. cit., vol. VII, p. 339.